

TRIBUNAL OUVI HOJE FILHO DO ANTIGO PRESIDENTE

Ndambi Guebuza recebeu 33 milhões de dólares e hoje vai explicar o seu envolvimento nas “dívidas ocultas”

- Será a primeira vez, na história de Moçambique, em que filho de um antigo Presidente da República, vestido com uniforme laranja do sistema prisional, responde em tribunal sobre crimes de corrupção.



Ndambi Guebuza saindo do tribunal no dia em que foi legalizada a sua prisão, em Fevereiro de 2019

Depois do descanso de fim-de-semana, o julgamento do Processo N° 18/2019-C retoma esta segunda-feira, com a audição de Armando Ndambi Guebuza, filho do antigo Presidente da República. Detido desde Fevereiro de 2019, Ndambi Guebuza é acusado de ter recebido 33 milhões de dólares da Privinvest pela sua participação no projecto de protecção da zona económica exclusiva. Até Março de 2019, altura em que foi deduzida a acusação provisória, o Ministério Público ainda não tinha juntado informações sobre como é que Ndambi Guebuza usou o dinheiro das “dívidas ocultas”. Na acusação definitiva lida pelo Ministério Público no primeiro dia do julgamento, consta que o filho do antigo Presidente da República comprou pelo menos 15 carros luxuosos, além de investimentos na imobiliária.

Ndambi Guebuza é acusado da prática de crimes de chantagem, associação para delinquir, falsificação de outros documentos, corrupção passiva para acto ilícito, abuso de confiança, branqueamento de capitais e uso de documento falso. Ele entra no “esquema” das “dívidas ocultas” através de uma solicitação feita por Teófilo Nhangumele, por intermédio de Bruno Langa. Além de amigos, Ndambi e Bruno são sócios na empresa Mobimóveis. Terá sido através desta empresa que os dois concorreram para fornecer mobiliário à Vila Olímpica de Zimpeto, construída para acolher atletas dos Jogos Africanos realizados em Maputo, em 2011. Nhangumele, que era director-adjunto do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos (COJA), contou que foi nessa capacidade que conheceu Bruno Langa e Ndambi Guebuza e tomou conhecimento de que eram amigos.

Enquanto dirigia o COJA, Nhangumele estava envolvido nos primeiros encontros de apresentação do projecto de protecção da zona económica exclusiva, a convite do seu amigo de longa data Cipriano Mutota, oficial do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE). Notando a demora das autoridades moçambicanas em reagir à proposta que tinha sido apresentada ao SISE pela Abu Dhabi Mar, uma das empresas do grupo Privinvest, Nhangumele contactou Bruno Langa e pediu que intercedesse, através do seu amigo Ndambi Guebuza, para fazer chegar ao Chefe do Estado um exemplar do documento.

Contacto por Bruno Langa, Ndambi Guebuza terá manifestado reservas em levar a proposta da Abu Dhabi Mar ao pai, alegando que havia muitos empresários que procediam da mesma forma, mas depois não concretizavam os investimentos propostos. “Como condição para fazer chegar a proposta do grupo Privinvest ao



Antigo Presidente Armando Guebuza com o filho Ndambi Guebuza

pai, Armando Ndambi Guebuza exigiu que lhe fosse dada a garantia de que ser-lhe-ia pago dinheiro pela empresa interessada”, lê-se na acusação provisória. Assim, Bruno Langa informou ao Nhangumele sobre a condição imposta por Ndambi Guebuza, tendo aquele levado a exigência à consideração de Jean Boustani, do grupo Privinvest.

Em resposta, Jean Boustani mandou comunicar a Ndambi Guebuza que o grupo Privinvest estava disposto a pagar o suborno, conforme a sua exigência. Cerca de três semanas depois do início das conversações, Ndambi Guebuza telefonou para Bruno Langa comunicando que o pai (Presidente da República) havia dito que a proposta do grupo Privinvest era do interesse de Moçambique e que ia avançar, “deixando os trabalhos de implementação a cargo do SISE”.

Entretanto, nas audições da semana passada, Nhangumele disse que nunca tomou conhecimento de que Ndambi Guebuza teria exigido pagamento de valores como condição para fazer chegar a proposta do grupo Privinvest ao pai. Confrontado com um dos seus emails enviados para Boustani em que falava da necessidade de pagamento de “sucess fee” (taxa de sucesso) a Ndambi Guebuza, o reu Nhangumele respondeu nos seguintes termos: “Ele (Ndambi Guebuza) prestou um contributo ao projecto. Acho que uma pessoa que faz isso merece uma recompensa! Se o projecto tiver êxito é justo que seja compensado. Essa era a minha perspectiva”.

Apesar de Nhangumele ter afirmado que

não sabia em que condição Ndambi Guebuza integrou a comitiva que viajou para Alemanha e Abu Dhabi a convite do grupo Privinvest, na acusação provisória consta que o filho do antigo Presidente da República exigiu que fosse incluído nas viagens, juntamente com o seu amigo Bruno Langa. Foi assim que Ndambi Guebuza e Bruno Langa integraram a comitiva (onde estava Nhangumele e António Carlos do Rosário) que, em Dezembro de 2011, viajou para Alemanha, onde se localizam os estaleiros navais da empresa Nobiskrug GmbH ligada ao grupo Privinvest. Os visitantes eram tratados como representantes do potencial cliente.

Em Janeiro de 2012, a mesma comitiva viajou para Abu Dhabi, onde visitou os estaleiros navais do grupo Privinvest. Segundo a acusação provisória, terá sido nesta viagem que Ndambi Guebuza, Bruno Langa e Teófilo Nhangumele discutiram com Jean Boustani os valores que cada um iria receber, “tendo sido reiterado o acordo de fixação do valor global de 50 milhões de dólares, distribuídos da seguinte forma: 8.5 milhões de dólares para Nhangumele; 8.5 milhões de dólares para Bruno e 33 milhões de dólares para Ndambi Guebuza.

Para justificar os valores a receber, o grupo Privinvest, através de Jean Boustani, e os três co-réus forjaram contratos de consultoria e serviços datados de 20 de Janeiro de 2012, a serem regidos pela legislação do Líbano, sendo um subscrito conjuntamente por Teófilo Nhangumele e Bruno Langa, e outro subscrito apenas por Armando Ndambi Guebuza. “Conforme os

contratos, os réus iam supostamente prestar a Prinvest Shipbuilding SAL (Holding) consultoria e serviços de marketing e afins, relações públicas, assistência comercial, serviços jurídicos, administrativos, financeiros e ainda, serviços técnicos, em regime de exclusividade por um período de 18 meses a contar da data da sua celebração, 20 de Janeiro de 2012”, lê-se na acusação provisória. O documento fala apenas da remuneração de 17 milhões de dólares que seria pago aos réus Nhangumele e Bruno (8.5 milhões de dólares para cada um) e não revela o valor que consta do contrato assinado por Ndambi Guebuza.

Em Agosto de 2012, Ndambi Guebuza, Teófilo Nhangumele e Bruno Langa viajaram novamente para Abu Dhabi para exigir ao Jean Boustani o pagamento dos valores acordados. Em resposta, Boustani disse que os pagamentos só teriam lugar depois da Prinvest Shipbuilding receber do banco Credit Suisse o valor referente ao empréstimo contraído pela ProIndicus junto daquela instituição financeira. Ou seja, os 50 milhões de dólares que foram pagos aos três foram

subtraídos do valor enviado à Prinvest Shipbuilding destinado à implementação do contrato de fornecimento de bens e serviços celebrado entre esta empresa e a moçambicana ProIndicus.

No dia 23 de Janeiro de 2013, a Prinvest Shipbuilding emitiu uma instrução de ordem permanente, à atenção do gerente do First Gulf Bank, o senhor Nauman Nazir, orientando que depois da recepção da soma de 327, 9 milhões de dólares referente ao contrato entre o grupo Prinvest e a ProIndicus, devia iniciar com as transferências de dinheiro para as contas de Nhangumele e Bruno, domiciliadas no mesmo banco, sendo a primeira prestação correspondendo a 60% dos 8.5 milhões de dólares e as últimas duas equivalentes a 20% cada. Uma instrução de mesma natureza foi emitida pela Prinvest Shipbuilding para o gerente do First Gulf Bank, no sentido de iniciar com as transferências dos 33 milhões de dólares (em três prestações de 60%, 20% e 20%) para a conta de Ndambi Guebuza, domiciliada no National Bank of Abu Dhabi.

Assim, no dia 21 de Março de 2013, o

Credit Suisse transferiu 327,9 milhões de dólares para a conta da Prinvest Shipbuilding no First Gulf Bank, no âmbito do contrato de fornecimento de bens e serviços celebrado entre esta empresa e a ProIndicus. Em obediência às instruções recebidas da Prinvest Shipbuilding, o First Gulf Bank deu início às transferências de dinheiro para as contas de Ndambi, Nhangumele e Bruno, no dia 25 de Março de 2013. Nesta data em que os valores da primeira prestação foram transferidos, Bruno e Ndambi estavam em Abu Dhabi, mas Teófilo Nhangumele não tinha viajado porque já estava a trabalhar na empresa Petro, SA.

Estes são os factos que constam da acusação provisória de Março de 2019 e sobre os quais Ndambi Guebuza será interrogado pelo tribunal, a partir das 10H00. Será a primeira vez, na história de Moçambique, em que filho de um antigo Presidente da República, vestido com uniforme do sistema prisional, responde em tribunal sobre crimes de corrupção. Seu pai, Armando Guebuza, também irá depor em tribunal na qualidade de declarante, em data ainda por fixar.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

